

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE TEATRO: CAMINHOS A PARTIR DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

INCLUSIVE EDUCATION AND THEATER TEACHING: PATHWAYS FROM CONTEMPORARY PEDAGOGICAL PRACTICES

<https://orcid.org/0000-0002-5399-6898>  Cristina Angélica Mascaro ^A

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

cristinaangelicamascaro@gmail.com

Resumo

Este ensaio refere-se a uma reflexão sobre o paradigma da Educação Inclusiva e sua relevância ensino de teatro no contexto escolar. Tem como objetivo abordar os conceitos relacionados a Educação Inclusiva, a relevância da acessibilidade e o ensino de teatro. São explorados os pilares que fundamentam a prática pedagógica contemporânea, as barreiras à acessibilidade no ensino de teatro, que se remete também a outras práticas no contexto escolar. São apontados caminhos para mitigar dificuldades inerentes a construção do paradigma contemporâneo inclusivo, como a adoção de práticas pedagógicas inovadoras como o Plano Educacional Individualizado – PEI e o Desenho Universal na Aprendizagem – DUA. Como reflexões conclusivas, destaca-se que a Educação Inclusiva acontece quando todos tem acesso, participação e constroem conhecimentos. E, que o ensino de teatro na disciplina de Artes, tem um potencial significativo para promover ações inclusivas ao contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, e consequentemente, promovendo a inserção de todos em uma vida independente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Acessibilidade; Ensino de Teatro; Prática pedagógica; Desenho Universal na Aprendizagem

Abstract

This essay reflects on the paradigm of Inclusive Education and its relevance to theater teaching in the school context. It aims to address concepts related to Inclusive Education, the importance of accessibility, and theater teaching. The pillars that underpin contemporary pedagogical practice are explored, as are the barriers to accessibility in theater teaching, which also applies to other practices in the school context. Paths are suggested to mitigate the inherent difficulties in constructing the contemporary inclusive paradigm, such as the adoption of innovative pedagogical practices such as the Individualized Educational Plan (PEI) and Universal Design for Learning (UDL). As concluding reflections, it is emphasized that Inclusive Education happens when everyone has access, participates, and constructs knowledge. And, that theater teaching in the Arts discipline has significant



potential to promote inclusive actions by contributing to the integral development of students, and consequently, promoting the inclusion of all in an independent life.

Keywords: Inclusive Education; Accessibility; Theater Teaching; Pedagogical Practice, Universal Design for Learning.

Introdução

A ação cultural, ou está a serviço da dominação – conscientemente ou inconscientemente por parte de seus agentes – ou está a serviço da libertação dos homens (Paulo Freire).

Este ensaio refere-se a uma reflexão sobre o paradigma da Educação Inclusiva e sua relevância ensino de teatro no contexto escolar. Cabe destacar que promover um ensino que se preocupe com a diversidade dos estudantes, demanda a construção de sistemas educacionais acessíveis; sendo assim discorre-se sobre a relevância dos pressupostos da Educação Inclusiva e sua relação com a promoção da acessibilidade em diferentes demandas no contexto social e escolar.

O cenário educacional contemporâneo exige a transformação de nossos sistemas educacionais segundo o paradigma de escolar inclusivo. A premissa da inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, a saber: estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação faz parte de uma educação nos pressupostos dos direitos humanos, com orientações legais a nível nacional (Brasil, 2015) e internacional (ONU, 1948; UNESCO, 1994). Entretanto, existem ações necessárias para legislações possam se tornar práticas sociais, construir uma sociedade inclusiva é um processo permanente, no qual precisamos envidar esforços para dirimir as barreiras inerentes às mudanças de realidades sociais.

De modo didático, podemos apontar três modelos voltados para a escolarização desse público, inicialmente por volta dos anos 1970, tivemos o modelo denominado “Educativo”, no qual estes estudantes tinham como *locus* de aprendizagem as escolas especiais ou institutos de Educação Especial, no qual só tinham interação com seus pares, apenas estudantes atípicos em um sistema sem seriação ou ano de escolaridade, e sem uma certificação oficial para estudos posteriores. Dessa forma, além de uma segregação, ocorria também a exclusão de oportunidades de itinerários formativos, ficando a margem de uma possível inclusão social.

A partir das críticas a esse modelo educacional, aliado ao impulsionamento de políticas públicas como a criação em 1973 do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), um setor federal brasileiro responsável por promover e coordenar políticas e

programas de educação especial no país, que teve início nos anos 1980, o modelo denominado “Integração” que consistia em uma proposta pedagógica de preparação para a inclusão. Neste modelo, os estudantes passavam a frequentar as classes especiais no interior das escolas comuns, para que fossem preparados para uma futura inserção nas turmas comuns, seriadas e progressivas.

Entretanto, o modelo pautou-se em enfatizar apenas o déficit ou dificuldades do alunado oriundo da Educação Especial, dessa forma entendia-se que o ambiente dessa escola, assim como as práticas pedagógicas que nela aconteciam eram adequadas. Dessa forma, exigia-se uma preparação do estudante da classe especial, sem uma preparação da comunidade escolar, ocorrendo uma falta de comunicação sobre o fazer pedagógico, na qual os professores da Educação Especial não dialogavam com os professores do ensino comum, provocando um grande hiato nesta proposta de preparação para a inclusão.

Diante dos pontos destacados que impediam a inclusão dos estudantes, visto que eram os únicos que necessitavam se adequar a uma proposta que não atendia a diversidade humana. Em consonância com um movimento mundial por uma educação de qualidade para todas as pessoas, tivemos início nos anos 1990 ao modelo vigente que é o da Educação Inclusiva, onde o pressuposto é de que não é o estudante que precisa se adequar a um modelo escolar; pois na diversidade as escolas precisam se ressignificar para atender a todos, independente das condições intrínsecas do seu público.

A Educação Inclusiva demanda que todos os estudantes tenham acesso, participação e construção de conhecimentos. Partimos do princípio, de que a mola propulsora para efetivação das mudanças necessárias para que nossas escolas cumpram seu papel para uma Educação Inclusiva, esteja pautado no desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis.

Sendo assim, a temática da inclusão escolar vem permeando as discussões em educação e abordando práticas pedagógicas que se propõe a garantir o acesso, e a permanência com qualidade dos estudantes público-alvo da Educação, assim como daqueles estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas diante das barreiras do ambiente escolar.

É fato, que a tradição científica escolar sempre se pautou na proposta de métodos de ensino arraigados em teorias que consideram o estudante em um padrão homogêneo no que se refere aos modos de apropriação do conhecimento. Entretanto, pensar o ensino das futuras gerações nessa perspectiva de modelos únicos para o ensino, vai totalmente contra a noção de

diversidade humana. Conceber nossos estudantes como pessoas únicas, com diferentes formas de interação com a produção de conhecimento é o princípio da educação contemporânea, na qual buscamos no contexto escolar, o que denominamos Educação Inclusiva.

No paradigma educacional inclusivo, torna-se imperativo que nossas escolas se organizem como espaços que abrigam os diferentes modos pelo qual a inteligência humana se manifesta. Esta é uma questão que demanda esforços no trabalho docente para que os conhecimentos propostos se tornem acessíveis para todos os estudantes. Quando nos referirmos a acessibilidade, torna-se necessário evitar práticas oriundas do modelo da Integração, buscando incluir estudantes nas escolas de ensino comum, a partir de um trabalho pedagógico centrado nas condições intrínsecas do alunado.

Glat e Blanco (2009) já apontavam que o modelo da Integração desconsiderava pontos importantes para que um estudante possa ser incluído, dentre eles, uma questão fundamental que foi a necessidade de mudança nas práticas pedagógicas no contexto da sala de aula comum, prevalecendo os métodos tradicionais e propostas pedagógica homogeneizadoras. Tornando assim, praticamente impossível a gestão de classes com estudantes no contexto da diversidade.

Para isso, é necessário que processos de aprendizagem sejam investigados conceitualmente, nos quais possamos ir além da observância e análise de laudos dos estudantes que apresentem necessidades educacionais específica, mas sim a realização de uma análise do contexto no qual estes, estejam inseridos. A palavra-chave para o ensino deste alunado, não é a adaptação e sim, acessibilidade. Precisamos transformar nossas escolas e salas de aula em ambientes acessíveis, além da eliminação de barreiras arquitetônicas. É preciso dar acesso a participação e a construção de conhecimento e assim possibilitarmos a criação de uma cultura inclusiva.

O teatro como manifestação cultural e ferramenta pedagógica apresenta um potencial para promover a Educação Inclusiva. Por meio de suas diferentes linguagens e técnicas, o ensino de teatro pode ser flexibilizado, ou seja, torna possível a acessibilidade para atingir os objetivos de aprendizagem de todos, independente de suas diferenças físicas, sensoriais, mentais, intelectuais ou psicossociais.

Neste ensaio objetivamos abordar os conceitos de Educação Inclusiva e a acessibilidade no ensino de teatro. Serão explorados os pilares que fundamentam a prática pedagógica inclusiva, as barreiras à acessibilidade no ensino de teatro, que se remete também

a outras práticas no contexto escolar e apontar caminhos para mitigar dificuldades inerentes a construção do paradigma contemporâneo inclusivo.

Educação Inclusiva: Conceitos e fundamentos

Segundo Paulo Freire (2005), a realidade social é o produto oriundo da ação humana, dessa forma, se temos a necessidade de modificá-la, precisamos enviaar esforços para tal. O direito à educação de qualidade para todos ainda não é uma realidade, tendo em vista que estamos nos últimos trinta anos criando arcabouços legais modificar nossas escolas no sentido de se tornarem um espaço onde todos os estudantes tenham acesso, participação e construção de conhecimentos (Brasil, 2011, 2015).

Entretanto, não bastam leis para reafirmar um direito já existente para todos, é preciso que reconheçamos as contradições sobre um direito que é para todos, no caso o acesso a educação, torna-se necessário criar a condição para todos os estudantes tenham oportunidade de se beneficiarem da mesma. Sendo relevante que se criem condições de equiparação para o acesso, participação e consequente construção de conhecimentos que geram a inclusão no espaço escolar.

De modo a conceituar o que é uma Educação Inclusiva, podemos afirmar que é um movimento que depende das nossas ações, para que se torne realidade o direito de todas as crianças, jovens, adultos e idosos à escolarização de qualidade, em um ambiente que valorize a diversidade e promova a participação plena de todos.

Sendo assim, a Educação Inclusiva se institui a medida que nos organizemos em contraposição a educação nos pressupostos tradicionais, na qual os estudantes com uma deficiência ou outra situação que demandasse estratégias pedagógicas diferenciadas, precisassem se adequar a um modelo único de dinamização dos conteúdos curriculares, modos homogêneos de avaliação para terem o seu direito a inclusão escolar. Sendo essa uma perspectiva que reconhece a diferença com um impeditivo, quando a mesma no contexto inclusivo se traduz em oportunidades para o enriquecimento do fazer pedagógico.

No tocante o ao currículo escolar, nos pressupostos da Educação Inclusiva, todos tem direito a acessá-lo de forma plena, pois apesar de encontrarmos em documentos legais o direito a adaptação do mesmo para o alunado com necessidades educacionais específicas, esse não seria o cerne da questão. O currículo em uma perspectiva inclusiva não é um currículo diferenciado para alguns, a modificação necessária está relacionada ao modo como ele será dinamizado, considerando sempre as especificidades e necessidades do alunado. O trabalho

pedagógico com a diversidade humana requer o investimento na criatividade para dinamização currículo, um fortalecimento da docência para a criação de estratégias pedagógicas inovadoras.

Atualmente, dentre práticas inovadoras para que estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas possam ter acesso ao currículo, despontam o trabalho com a elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI. Para poder atender as especificidades e as necessidades de um estudante, elabora-se um estudo de caso colaborativo, no qual o papel do Atendimento Educacional Especializado – AEE é de grande relevância, assim como a família do estudante e o próprio. O PEI será um documento inicial com o histórico e perfil pedagógico do estudante, no qual ficam registradas as necessidades de suporte e apoio pedagógico para o acesso ao currículo (Mascaro, 2024).

A partir do PEI, todos os docentes que atuam com o estudante podem elaborar as estratégias de acessibilidade curricular demandadas pelo estudante, visando sempre o seu progresso acadêmico e participação na turma na qual estiver matriculado. Cabe ressaltar que o PEI não é um documento para arquivo, e sim um documento que precisa ser constantemente avaliado, com informações que façam com que ocorram mudanças no contexto da sala de aula para a plena participação do aluno nas aulas. O PEI é um planejamento personalizado que visa apresentar as necessidades e potencialidade de um aluno que necessita de apoio para ter acesso ao currículo escolar.

No contexto de pesquisas sobre a Educação Inclusiva e práticas voltadas para o ensino na diversidade, temos o Desenho Universal na Aprendizagem – DUA, estratégia pedagógica inovadora que foi iniciada nos anos 1990 pelo CAST - *Centre of Applied Especial Technologies* que é uma organização sem fins lucrativos que se dedica há mais de 37 anos para que, cada vez mais, os sistemas de ensino do mundo possam oferecer uma educação de qualidade para todas e todos. Os pesquisadores do CAST fizeram pesquisas ao longo de uma década e desenvolveram uma proposta inovadora na educação preconizando o uso de métodos e materiais acessíveis, denominando-a como o DUA.

Esta proposta foi alicerçada em dois pressupostos: na arquitetura acessível e nos avanços das pesquisas das Neurociências. No que se refere aos pressupostos da arquitetura, o DUA se baseia na premissa da acessibilidade plena. E da parte relacionada as neurociências, busca trazer conhecimentos sobre o funcionamento cerebral e os diferentes estilos de aprendizagem. A junção desses dois pilares resulta em uma proposta de trabalho pedagógico

em uma perspectiva universal, transcendendo barreiras físicas e cognitivas. O planejamento para aprendizagem com base no DUA requer propostas que ofereçam múltiplas formas de apresentação do conteúdo, estratégias criativas de engajamento dos estudantes com a proposta, além de variadas formas de expressão por parte dos alunos sobre o que está sendo ensinado.

Diante do exposto, voltando a destacar o princípio da acessibilidade para que nossas escolas se tornem inclusivas, precisamos desviar o foco nas ações para participação nas aulas das características intrínsecas dos estudantes, para as possíveis barreiras que possam enfrentar no seu processo de aquisição do conhecimento. A escola inclusiva é aquela que se modifica para dar o acesso a educação para todos; visando o respeito às diferenças, que devem ser respeitadas sempre e nunca ignoradas, quando se traduzirem em barreiras para o acesso ao conhecimento escolar.

Educação Inclusiva e o ensino de teatro: um diálogo relevante na escola contemporânea

De acordo com Ferreira da Silva (2021), as pesquisas envolvendo a Pedagogia e o ensino de teatro vem apontando crescentes caminho no que se refere às abordagens sobre no âmbito da formação e consolidação do uso de diferentes linguagens, incorporando diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e saberes. Entretanto, o autor supracitado ressalta que

A prática pedagógica e o fazer/experimentar se constituem como um importante caminho para repensar e inovar práticas para todos os públicos interessados em fazer teatro. Entretanto, quando as práticas são destinadas às pessoas com deficiência, infelizmente, muitos obstáculos fazem parte do contexto do sujeito participante, sobretudo, quando o educador não possui (ainda) esse tipo de vivência (Ferreira da Silva, p. 2021, p.1.310).

Sendo assim, torna-se necessário que docentes que atuem no ensino de teatro vivenciem práticas envolvendo estudantes com e sem deficiência na perspectiva da acessibilidade, onde o foco precisa ser na relevância dos conteúdos curriculares das disciplinas ministram de forma a atender a todos.

Segundo a Lei 13.146 (Brasil, 2015), Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecida como LBI, define a acessibilidade como

[...]possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Para que todos os estudantes possam se beneficiar do ensino de teatro em uma perspectiva inclusiva, torna-se relevante garantir a acessibilidade, a partir de planos de aprendizagem elaborados a partir da eliminação de barreiras que possam impedir ou dificultar a participação de todos os estudantes. Tais barreiras podem ser físicas, sensoriais, comunicacionais, atitudinais ou pedagógicas, que se definem como:

- Barreiras físicas: relacionadas à infraestrutura dos espaços, como ausência de rampas de acesso, elevadores, banheiros acessíveis e sinalizações táteis nos ambientes.
- Barreiras sensoriais: referem-se à dificuldade para acessar informações captadas pelos sentidos, com a falta de legendas para aqueles com deficiência auditiva, ausência de audiodescrição para aqueles com deficiência visual.
- Barreiras comunicacionais: impedimentos na ordem da comunicação entre estudantes, professores e demais membros do ambiente escolar, como por exemplo falta de intérpretes de Libras, recursos por meio de imagens e escrita fácil para estudantes com deficiência intelectual.
- Barreiras atitudinais: que estão relacionadas ao capacitismo, no qual preconceitos e estereótipos em relação aos estudantes com deficiência disseminam o descrédito sobre o potencial dos estudantes com deficiência.
- Barreiras pedagógicas: que estão diretamente ligadas à falta de formação docente para a prática pedagógica no contexto da diversidade.

Sendo assim, para a participação do alunado da Educação Especial, ou que apresentem necessidades educacionais específicas nas atividades do ensino de teatro, assim como em outras aulas, torna-se necessário estabelecer medidas para mitigar as dificuldades oriundas dos diferentes tipos de barreiras.

No tocante à inclusão escolar na perspectiva da acessibilidade, a LBI (Brasil, 2015), no seu capítulo sobre a Educação, no artigo 28, há a incumbência de medidas como: aprimoramento dos sistemas educacionais inclusivos, por meio da oferta de recursos de acessibilidade para a garantia da permanência, participação e aprendizagem; a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos, técnicas e materiais didáticos; adoção de medidas de apoio para favorecer o desenvolvimento de aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, considerando as habilidades e interesses do estudante com deficiência; dentre outras. Tais incumbências, precisam ser incorporadas ao projeto

político pedagógicos das escolas, de modo especial ao foco deste ensaio, nas escolas que se dedicam ao ensino de teatro.

De modo mais específico sobre a formação continuada dos docentes que atuam no ensino de teatro, Alves (2018) investigou os desafios para estratégias para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino de teatro, identificando a necessidade formação docente, de adaptação do espaço físico e dos materiais didáticos, e da promoção da acessibilidade comunicacional.

Farias (2008) já apontava que as boas condições para professor no teatro, assim como em artes em geral, não podem ser esperadas, precisam ser conquistadas; e que para tal o preparo teórico dos professores é fundamental, no sentido de argumentação com seus pares e ocupantes de cargos diretivos nas suas escolas. A questão apontada pelo autor supracitado, vai de encontro ao processo de conquistas relativas à educação em uma perspectiva inclusiva. Omar (2015) em uma investigação sobre metodologias inclusivas para o ensino de teatro, ressalta que as pesquisas apontam a existência da dificuldade de professores lidarem com estudantes com necessidades educacionais especiais, e que também são escassos os trabalhos relacionados a atividades para professores de teatro com foco no desenvolvimento de processos lúdicos, afetivos, sensoriais e estéticos com esses indivíduos.

Abreu e Marques (2020) desenvolveram um trabalho sobre a importância do ensino de teatro em sala de aula, evidenciando o mesmo com uma prática pedagógica relevante que permite o apoio mútuo entre colegas e educadores, propicia a liberdade de expressão, o que consequentemente favorece o desenvolvimento dos estudantes. Também apontam que como dados conclusivos que o teatro amplia a visão de mundo dos alunos, reverberando positivamente na autoimagem, acentuando o desenvolvimento crítico e reflexivo deles.

Dessa forma, este tipo de atividade promove a autonomia dos sujeitos, fazendo com que atuem de maneira efetiva no mundo. As autoras supracitadas, também fazem uma alerta sobre a importância do investimento nas licenciaturas e demais formações continuadas neste tipo de atividades, relacionadas ao ensino das artes.

Diante do exposto, os estudos comentados neste ensaio, apontam demandas que são emergentes na relação da Educação Inclusiva e o ensino de teatro no contexto escolar, tais como formação docente inicial e continuada de professores em uma perspectiva da escola contemporânea, que requer a criação de metodologias inovadoras para atingir a diversidade do alunado.

Um dos grandes objetivos da Educação Inclusiva é a construção de uma sociedade na qual todos tenham acesso às mesmas oportunidades em âmbitos distintos como: trabalho, esportes, política, artes e relacionamentos interpessoais para uma vida independente e autônoma. A escola tem como missão, além da transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade, fazer com as experiências ao longo do itinerário escolar propiciem a inclusão social.

A construção de uma sociedade inclusiva começa na escola e esta pode se apropriar do teatro com uma atividade curricular integradora, na qual estudantes com e sem deficiência ou alguma necessidade educacional especial possam aprender e se desenvolver juntos.

Considerações finais

O este ensaio buscou dialogar e refletir sobre o paradigma da Educação Inclusiva e sua relevância ensino de teatro no contexto escolar. A transformação de nossas escolas, que foram criadas para o ensinar de forma tradicional, por meio de estratégias pedagógicas homogêneas e que até os dias atuais refletem um ensino que não permite a inclusão de estudantes que possuem uma deficiência ou alguma condição que se traduza em barreiras para o acesso a construção do conhecimento. A própria organização curricular não permite a inclusão da diversidade humana. Tendo em vista que o currículo se refere ao conjunto das aprendizagens que são oportunizadas no ambiente escolar, uma proposta curricular que não possibilite o aprender de parte do alunado, já se torna um impeditivo para a construção da escola inclusiva.

O Brasil, em consonância com um movimento mundial em prol de uma escola inclusiva, vem nos últimos trinta anos buscando transformar suas escolas em espaços de aprendizagem que abarquem a diversidade humana. Para isso, mais do que o respaldo legal, faz-se necessário construir um currículo escolar adequado a essa transformação.

A Educação Inclusiva é um projeto de formação de cidadãos que valorizem e convivam na diversidade, é um projeto de sociedade que faz da escola um território de possibilidades, de vivências que não podem ser pautados na homogeneidade. O currículo oficial do nosso país é a Base Nacional Curricular (BNCC) que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental; e em 2028 para o Ensino Médio. Entretanto, a BNCC seja o documento oficial

do nosso currículo, existem também outros currículos oficiais, para incorporar as diversidades regionais do nosso país, que são previstas nas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394 (Brasil, 1996).

No tocante a LDBN, e a temática do ensaio proposto, cabe destacar que essa legislação consolidou o ensino de Artes na Educação Básica, onde o teatro é uma das linguagens contempladas nesta disciplina, entretanto não há especificações de conteúdos específicos ou carga horária mínima que devem se desenvolvidos nos anos escolares. No ano de 2016, a Lei nº 13.278 (Brasil, 2016), conhecida como Lei da Cultura, incluiu de forma expressa as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos da Educação Básica.

Negrini e Sanches (2022) investigando a interface do ensino teatral e a Educação Especial, ressaltam que o processo de expressão artística proporciona o trabalho com a linguagem interdisciplinar, possibilitando um trabalho pedagógico que envolva os diferentes estilos de aprendizagem. Dessa forma podemos estabelecer o que foi pontuado como premissa para transformação de nossas escolas em espaço de construção de aprendizagem com a diversidade humana, que manifesta sua inteligência e formas de construção de conhecimento de diferentes modos. Sendo assim, o ensino de teatro se revela como uma possibilidade na criação de ambientes escolares dentro dos pressupostos da Educação Inclusiva.

A Educação Inclusiva demanda que possamos envidar esforços na criação de uma epistemologia do conhecimento, que se concentre na construção de uma escola com foco em planos de aprendizagem voltados para as diferentes formas pelas quais a inteligência humana se manifesta. É um trabalho colaborativo que envolve a adoção de práticas pedagógica inovadoras como o trabalho com PEI e o desenvolvimento de atividades pedagógicas acessíveis por meio do DUA.

Ensinar no contexto inclusivo não se refere a criação de currículos diferenciados por conta da diferença no alunado, o currículo precisa ser o mesmo, o que precisa mudar é a concepção que temos deste, e a forma pelo qual o traduziremos no cotidiano de nossas escolas. A Educação Inclusiva acontece quando todos tem acesso, participação e constroem conhecimentos. E, o ensino de teatro na disciplina de Artes, tem um potencial significativo para promover ações inclusivas ao contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, e conseqüentemente, promovendo a inserção de todos em uma vida independente.

Os diferentes conceitos sobre acessibilidade abordados a as formas de eliminação de barreiras, são pontos imprescindíveis para que realmente possamos permitir a participação em

diferentes atividades para aqueles que apresentam condições diferenciadas de interação. A inclusão demanda transformação de realidades, que precisam emanar da sociedade. A defesa da educação como instrumento de crítica social e transformação da realidade proposta por Paulo Freire (2005), remete-se a acessibilidade que deve ser percebida como um processo de mudança social que objetiva favorecer a inclusão e a participação de todas as pessoas na sociedade. A escola contemporânea é um espaço em constante processo de transformação, de reflexão e ação, no sentido de criação de uma sociedade inclusiva.

Referências

- ABREU, Rebecca Tavares Nishimura; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga. A importância do teatro em sala de aula. *Revista da Pós-Graduação*. V. 06, n1, 2020.
- ALVES, Helen Cristiane Viana. *Atuação Docente na sala de recursos Multifuncionais da Rede Municipal de Macapá/ AP*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial/ Centro de Educação e Ciências Humanas/ Universidade de São Carlos (UFSCAR); 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução N°4, de 02 de outubro de 2009. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica – na modalidade Educação Especial. 2009.
- BRASIL. Decreto N° 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, promulgada em 06/07/2015. Brasília, 2015.
- FARIAS, Sergio Coelho Borges. Condições de trabalho com teatro na rede pública de ensino: sair de baixo ou entrar no jogo. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, v. 1, n. 10, p. 019-024, 2008.
- FERREIRA DA SILVA, Carlos Alberto. Teatro e Educação Inclusiva: uma pedagogia do teatro com pessoas com deficiência em tempos de Ensino Remoto Emergencial no Acre. *Olhares & Trilhas*, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 1307-1334, jul.-set./2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Leila. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana; BLANCO, Leila. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. pp. 15-35. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2009.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. *O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do Plano Educacional Individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso*. 2017.152f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/119530060-Cristina-angelica-aquino-de-carvalho-mascaro.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

NEGRINI, Tatiane; SANCHES, Maria Jade Pohl. O Teatro como abordagem metodológica nos processos de inclusão escolar: uma experiência de estágio supervisionado. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v. 7, n. 13, 2022.